

- LXXXV -

**O FEDERALISMO E A POLÍTICA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA A DISTÂNCIA: O MAPA DE
PROCESSOS E RESULTADOS DA REDE E-TEC BRASIL¹**

Rodrigo Lima de Oliveira
Universidade de Brasília – Brasil
oliveira.rodrigo.lima@gmail.com

Introdução do Problema

É necessário buscar soluções para os problemas estruturais do subdesenvolvimento e da desigualdade no Brasil. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) estabelece na meta 10 a integração da Educação Básica à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e define a meta 11 sobre EPT com seis estratégias nas quais a modalidade da Educação a Distância (EaD) é vital. O PNE também introduz a meta 15 com três estratégias acerca da EPT para os profissionais da educação não docentes. Ademais, a meta 18 prevê incentivos para a qualificação profissional dos profissionais da educação e o censo dos profissionais da educação básica não docentes –essencial para a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Profucionário), executada pela rede e-Tec Brasil.

A rede e-Tec Brasil é coordenada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). No setor público, seus cursos são ofertados a partir de instituições estaduais e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Obrigatórios na EaD brasileira, os polos de apoio presencial são mantidos por estes ofertantes, secretarias estaduais, municípios e o Distrito Federal.

O federalismo educacional foi apresentado pelo art. 211 da Constituição Federal: “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino” (BRASIL, 1988). Neste sentido, a pesquisa busca estudar o federalismo para ser uma análise de política pública com propósito formativo.

Isto porque é focada no exame da prática operacional da política a fim de detectar problemas de implementação (JANNUZZI, 2016b).

¹ Este trabalho é a evolução de um artigo apresentado no V Encontro Internacional Labor, seu diferencial em relação ao anterior é a triangulação com a análise de conteúdo de doze entrevistas.

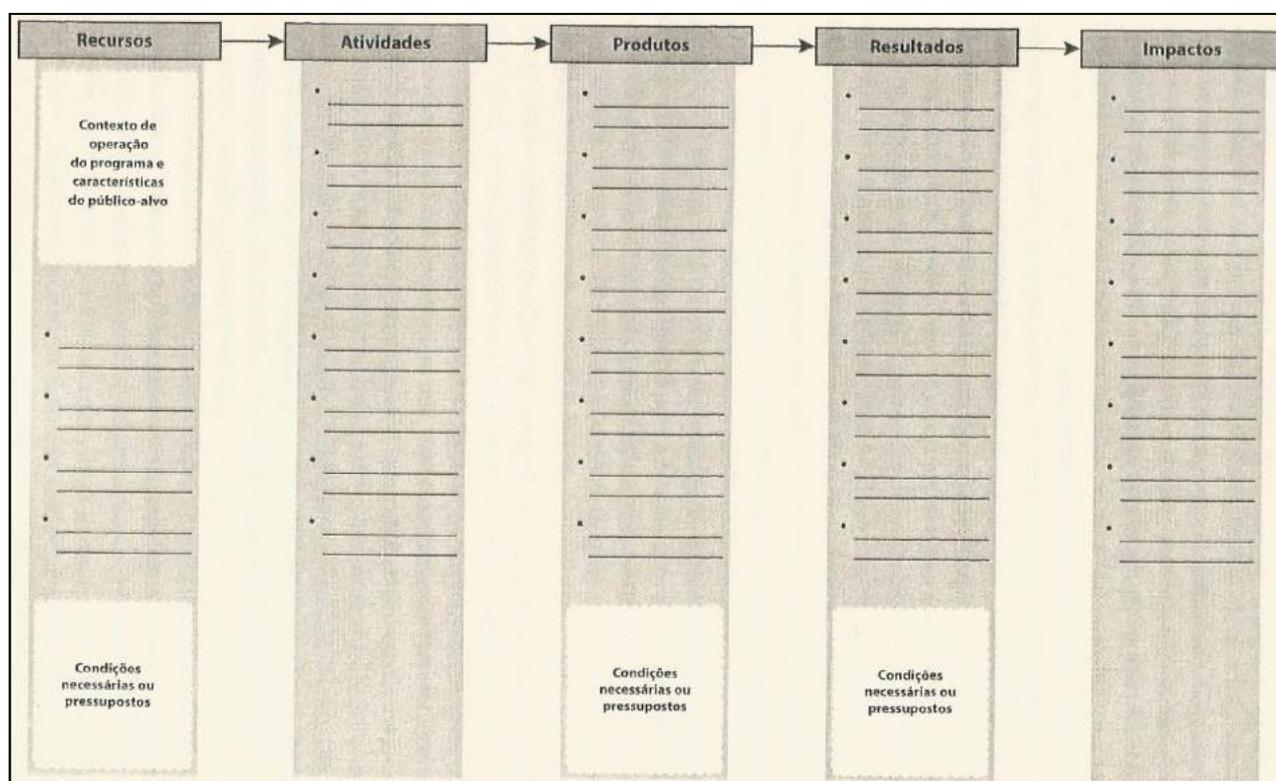
Este artigo tem o seguinte problema de pesquisa: qual é a relevância do federalismo para a operacionalização da rede e-Tec Brasil?

Desenvolvimento

Para responder o problema proposto, o artigo segue a utilização do método hipotético-dedutivo e a unidade de análise é o ente federado devido à centralidade que tem o regime de colaboração. Logo, foi definido o seguinte objetivo: entender a lógica operacional da rede e-Tec Brasil por meio do Mapa de Processos e Resultados (MaPR). Secundariamente, percebe-se que a aplicação desta ferramenta pode gerar elementos para o seu aperfeiçoamento.

Segundo Jannuzzi (2016a) e (2016b), o MaPR permite uma leitura mais compreensiva da complexidade social nas múltiplas intervenções da diversidade nacional. Assim, oferece uma descrição de associações e/ou causalidades compreensiva e realista ao não interpretar os resultados como derivados de um fator específico e sim da coordenação das atividades, das condições e do contexto do programa. A Figura 1 mostra a estrutura de um MaPR.

Figura 1. Estrutura de um Mapa de Processos e Resultados



Fonte: Jannuzzi (2016b).

Em relação às outras técnicas que abordam o modelo lógico de programas, a peculiaridade do MaPR como recurso metodológico é a especificação das pesquisas de avaliação, dos sistemas de

monitoramento e dos seus indicadores. Tendo em vista a importância da replicabilidade para a comunidade epistêmica e as possibilidades de cooperações na gestão pública, experimentou-se a criação do MaPR da e-Tec no *software* gratuito XMind 8 para auxiliar seu uso em rede.

Para subsidiar a construção do MaPR, foi realizada pesquisa documental (BRASIL, 2007; BRASIL, 2010; BRASIL, 2011; BRASIL, 2014; BRASIL, 2016a; BRASIL, 2016b; BRASIL, 2017).

Devido à busca pelos problemas de implementação, enfocou-se na coluna “Atividades” do MaPR para a aplicação de treze entrevistas semiestruturadas com gestores da rede e-Tec. A composição da amostra é ilustrada pela Figura 2.

Figura 2. Composição da amostra de entrevistados.

Ente Federativo Mantenedor				
Nível	União	Estado	Município	Total
Polo	2	2	1	5
Geral	5	3	-	8
Total	7	5	1	13

Fonte: Elaboração própria.

Para o exame das declarações, utilizou-se o método da análise de conteúdo do tipo categorial temática proposta por Laurence Bardin (2011). Esta medida deu ao MaPR diversos complementos a partir das categorias emergentes das entrevistas.

Buscou-se com isto a triangulação de técnicas e sujeitos apresentada por Paulo Jannuzzi (2016b). Segundo o autor, esse processo consiste na combinação de múltiplas abordagens investigativas com a finalidade de evitar distorções devido ao apoio em um único instrumento ou entrevistado isolado.

Conclusões

A análise do MaPR construído indica que a relevância do federalismo para a operacionalização da rede e-Tec é alta. As entrevistas cumpriram o objetivo de detectar os problemas de implementação. Elencou-se quatro destes abaixo.

O primeiro problema está no mapeamento da demanda que se dá inicialmente no plano local e depois é enviado à SETEC para avaliação. Em seguida, a SETEC elabora o Mapa de Demandas Identificadas (MDI) que estabelece quais cursos serão ofertados em cada polo. Este procedimento

recebeu duras críticas por gestores estaduais devido à inadequação regional de alguns cursos indicados. Isto também é atribuído à prática da SETEC de não informar o motivo da recusa de demandas locais iniciais.

O segundo gargalo está na habilitação de polos. A SETEC elaborou um formulário de avaliação que foi apontado por ser exigente com os mantenedores. Itens como auditório e sala de videoconferência são requisitos. Gestores do programa destacaram que os municípios pobres não têm condições de manter esta estrutura, devido à prioridade dada pela constituição para a atuação municipal no ensino fundamental e na educação infantil.

O terceiro obstáculo é quanto à formação de servidores não docentes de escolas municipais, estaduais e do Distrito Federal. O Profucionário está paralisado apesar de seus diversos resultados positivos constatados.

A quarta problemática refere-se ao MedioTec EaD, a mais recente iniciativa da rede e-Tec influenciada pela reforma do ensino médio. A oferta deste nível é priorizada aos estados pela constituição. Neste sentido, a entrevista na SETEC reportou forte articulação com os estados. Entretanto, uma gestora de escola estadual entrevistada declarou que a sua instituição não recebeu recursos adicionais da União ou do governo estadual em razão da oferta MedioTec EaD. Em um contexto de crise financeira dos estados, isto é preocupante.

Por fim, corrobora-se Abrucio (2010) de que a articulação do regime de colaboração federativa em um sistema nacional constitui-se no maior desafio da educação brasileira para os próximos anos. Portanto, almeja-se que este estudo contribua em subsídios para a referida articulação.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. *A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento*. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Orgs.). *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília, DF: UNESCO, 2010. p. 39-70.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo* 4ªed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 07 jul. 2015.

_____. *Portaria Normativa nº 25 de 2007*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2008/profunc_port25.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.

_____. *Decreto n° 7.589 de 2011*. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm>. Acesso em: 22 out.
2017.

_____. *Lei n° 13.005 de 2014*. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 22 out.
2017.

_____. *Manual de Gestão da Rede e-Tec Brasil e do Profucionário*. Versão Preliminar
1.2 de Abril de 2016. Brasília, DF, 2016.

_____. *Decreto n° 8.752 de 2016*. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm#art19>. Acesso
em: 22 out. 2017.

_____. *Manual de Gestão do Bolsa-Formação*. Brasília, DF, 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Mapa de processos e resultados de programas sociais como instrumento para especificação de pesquisas de avaliação e sistemas de indicadores de monitoramento*. In: JANNUZZI, Paulo; MONTAGNER, Paula. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate n° 27. Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2016.

_____. *Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas*. Editora Alínea. Campinas-SP, 2016.

_____. *Indicadores para avaliação sistêmica de programas sociais: o caso Pronatec*. Estudos em Avaliação Educacional, v. 27, n. 66, p. 624-661, 2016.